



PARECER PRÉVIO Nº 12/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10183/2013.

Aposos: Processo nº 10043/2013 e 10292/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tabatinga.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Saul Nunes de Bemerguy (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331.

7- Unidade Técnica: DICOP E DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 157/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tabatinga. Exercício de 2013.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas das contas do Sr. Saul Nunes de Bemerguy, Prefeito Municipal de Tabatinga, no curso do exercício de 2012, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, caput e parágrafos 2º e 4º, da Constituição do Estado do Amazonas, pelas razões expostas no tópico III deste Voto-Vista;

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 29 de Março de 2022

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 12/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente, em exercício

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado e Redator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR

Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO

Conselheiro

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR

Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 12/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

1- Processo TCE - AM nº 10183/2013.

Apensos: Processo nº 10043/2013 e 10292/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Tabatinga.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Saul Nunes de Bemerguy (Ordenador de Despesa).

6- Advogado: Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM 6975 e Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM 4331.

7- Unidade Técnica: DICOP E DICAMI.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 157/2020-MP-ESB, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tabatinga. Exercício de 2013.

Conhecimento. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Convocado, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em divergência** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. Conhecer** e acolher a preliminar arguida no Voto-Vista, para fins de notificar os responsáveis solidários pelos danos apurados na Prestação de Contas do Sr. Saul Nunes de Bemerguy, a fim de resguardar o processo e evitar arguições futuras de nulidade por inobservância das premissas destacadas no Voto; e, alternativamente, caso não acolhida a preliminar, que
- 10.2. Determinar** à Secretaria Geral de Controle Externo - SECEX que, examinando as impropriedades consideradas não sanadas, em atenção à competência prevista no art. 73-A, da Lei Complementar nº 100/2000, adote as providências cabíveis à autuação de processos apartados neste Tribunal de Contas para devida apuração;
- 10.3. Dar ciência** ao Sr. Saul Nunes de Bemerguy, bem como aos seus patronos, sobre o deslinde deste feito.



ACÓRDÃO Nº 12/2022 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 12/2022 – TCE – Tribunal Pleno)

- 11- **Ata:** 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
12- **Data da Sessão:** 29 de Março de 2022
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em exercício), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).
14- **Representante do Ministério Público:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente, em exercício

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado e Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral